

orçamentária do Estado de São Paulo? Reserve S. Exa. estes clichês para o ano próximo, para outros Estados da Federação, que aqui nós já o conhecemos de sobejo. Entretanto, Sr. Presidente, falta a análise — a análise real, verdadeira, minuciosa, secretária por secretária — da despesa pública de São Paulo. Não se encontra nada aqui. O orador torna a exibir um exemplar do "Diário Oficial".

Há um outro cartaz, onde, numa moeda de cruzeiro, se faz um gráfico demonstrativo do montante das despesas de cada setor genérico da administração e não de cada secretaria, especificamente discriminada e dentro de cada secretaria, os seus departamentos fundamentais. Quis examinar a proposta orçamentária relativa à Secretaria da Viação. Não pude fazê-lo. Relativa à Secretaria da Saúde. Não pude fazê-lo. Porque, em rosto da Assembleia, lança o sr. Governador do Estado o seu cartaz de propaganda dos dois vasilhames na mesma balança.

Fossemos, ainda, assim, Sr. Presidente, e nestes rápidos minutos que me restam, eis que me não foi possível proceder como convinha, como deveria, a discussão da proposta orçamentária, passemos a um rápido exame, numa visão panorâmica, do que representa esta proposta para o ano próximo, na economia de São Paulo.

O orçamento de 1958, em relação ao vigente, no exercício de 1957, apresenta uma diferença para mais de 5 bilhões de cruzeiros. Como distribuiu o sr. Governador esta diferença, para mais de 5 bilhões? Da seguinte forma: Analisemos, antes, Sr. Presidente — permita-me — dentro da proposta de 58, a distribuição percentual da receita do Estado pelos diversos serviços públicos.

São reservados à Fazenda 32,69%. É a maior dotação. Este ano a percentagem elevava-se a muito mais, a 36,44%. Mas, com a aprovação de leis que consolidam as dívidas do Estado, desonerou-se a Secretaria da Fazenda de um respeitável compromisso financeiro, e, de 36%, com que participava no conjunto orçamentário, participa agora apenas com 32,69%.

E segundo lugar, vem a Secretaria da Viação, que, de 21%, é agora dotada com 28% do orçamento público de São Paulo. Subiu, portanto, a dotação destinada à Secretaria da Viação de maneira impressionante, absorvendo quase o total de 5 bilhões de cruzeiros, que correspondem ao excesso de arrecadação previsto para o exercício futuro.

A Secretaria da Saúde, Sr. Presidente, é filha órfã deste governo. Fica apenas com 8,48%, diante dos 26% destinados às obras eleitorais do sr. Governador no Departamento de Obras Públicas da Secretaria da Viação, principalmente.

Pior do que a Secretaria da Saúde, como filha enjeitada deste governo, está a Secretaria da Agricultura, que é premiada apenas com 5%, 5,04% de toda a receita do Estado de São Paulo. A Secretaria da Agricultura — orfã de pai e mãe, no dizer do nobre deputado Ciro Albuquerque — recebe, de escola, 5% do orçamento de quase 40 bilhões de cruzeiros.

E o Governador que estiola as próprias fontes econômicas de São Paulo, para enriquecer, com este orçamento, o setor de mais visível publicidade de toda a administração pública, que é a Secretaria da Viação.

A Secretaria da Educação é dotada com 14,6%. Sr. Presidente, peço aos Srs. deputados que notem que o orçamento do Estado cresceu em quase 15%. Entretanto, a Secretaria da Saúde recebeu, neste acréscimo, de 15%, recebeu de aumento percentual nem um por cento, porque recebeu apenas, percentualmente, 0,12% de aumento nas dotações orçamentárias. De 8,36% a Secretaria da Saúde passou a ser dotada com 8,48% — 0,12% de aumento nas dotações dum orçamento que aumenta a receita em quase 15%. Veja, Sr. Presidente, o sentido deste orçamento, que é um orçamento puramente eleitoral, um orçamento tipicamente de vésperas de eleições, pois, se a receita pública aumentou em 15%, se a Secretaria da Fazenda, em virtude de se passar para a dívida consolidada grande parte dos compromissos decorrentes da dívida flutuante do Estado, desonerou-se, neste orçamento em vários bilhões de cruzeiros, não deveria, então, Sr. Presidente, este aumento de receita de 15%, estes 5 bilhões de cruzeiros, em números absolutos, não deveria este montante a mais na arrecadação pública para o ano próximo, não deveria, então, este aumento vir reforçar as próprias fontes da vida econômica do Estado de São Paulo?

Não deveriam estes 5 bilhões, Sr. Presidente, ou esta percentagem de 15% a mais, não deveriam ser distribuídas equitativamente para as diversas Secretarias, que representam a base econômica, que representam a base educacional, a base sanitária, a base agrícola da economia de São Paulo, não deveriam estes 5 bilhões, esta percentagem ser distribuída equitativamente para reforçar todos estes setores fundamentais e basilares da administração paulista?

Deveriam, sim, Sr. Presidente, e, no entanto, não o foram, porque este é um orçamento para eleições. Estes 5 bilhões de cruzeiros, este aumento de quase 15% na arrecadação para o ano próximo estão destinados, neste orçamento à Secretaria da Viação. Esta é a filha primogênita do Sr. Jânio Quadros. É com ela que S. Exa. pensa mistificar a opinião pública deste Estado, estiolando as próprias fontes que constituem a razão de ser desta unidade da Federação brasileira.

Isso, Sr. Presidente e Srs. deputados, que eu pretendia examinar em profundidade, na discussão que pretendia travar amplamente com os Srs. deputados da maioria situacionista desta Casa, na ocasião que me fugiu, quando o projeto ainda se encontrava em fase de discussão.

Entretanto, Sr. Presidente, nesta análise rápida e epigráfica, de maneira conjunta e panorâmica, pude fixar em poucas palavras a distorção que se processa na administração pública de São Paulo, mercê da mopia com que este governo enxerga a economia de São Paulo, estiolando as bases econômicas desta unidade federativa, a fim de reforçar, à custa das contribuições tributárias, cada dia mais pesadas, que recaem sobre a população do Estado, aqueles setores destinados a embasar a sua propaganda eleitoral do ano próximo.

Não aprovo este orçamento, Sr. Presidente. Votarei contrariamente a ele. Não é o orçamento que a economia de São Paulo exige, mas, sim, o orçamento exigido pelas eleições sucessórias do ano próximo, em que está interessado vivamente, mais que na subsistência da economia paulista, o Governador demagogo, o Governador Jânio Quadros.

Meu voto, Sr. Presidente, será contrário à proposta orçamentária de 1958.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Ciro Albuquerque.

O SR. CÍRO ALBUQUERQUE (Sem revisão do prolator) — Sr. Presidente e Srs. deputados, nos últimos dois dias examinamos a peça orçamentária, nutrido, acalentado as esperanças de que as emendas apresentadas pela oposição nesta Casa viessem burilar a lei orçamentária, que apresenta, sem dúvidas, pontos que muito deixam a desejar.

Comentávamos as destinações de verbas às Secretarias de Estado, com folga para umas e avaragem para ou-

tras. Dentre estas últimas, Sr. Presidente e Srs. deputados, apontávamos a Secretaria da Agricultura que está representada, na presente peça orçamentária, em apenas 5,04% do total da receita, com um aumento, sobre a lei orçamentária do ano anterior, de apenas 0,6%, quando o total orçamentário apresenta uma majoração de 15%.

Comentávamos o critério infeliz do Executivo de requisitar verbas essenciais de importantes departamentos da Secretaria da Agricultura entre os quais citávamos o Departamento da Produção Animal e o Departamento de Engenharia e Mecânica da Agricultura, exatamente na oportunidade em que a economia do Estado está a exigir um maior estímulo no setor pastoril para contrabalançar o aviltamento de preços dos produtos agrícolas, eis que o orçamento de 1958 apresenta uma redução no departamento que se deve responsabilizar pelo aumento da economia pastoril no nosso Estado.

No tocante ao Departamento de Engenharia e Mecânica também S. Exa., o Sr. Governador, achou que não seria interessante propiciar à agricultura de São Paulo melhores condições de produção através da manutenção das unidades motomecanizadas nas diversas regiões geoeconômicas do Estado. Encontram-se paralisadas 80% do parque de máquinas do Departamento de Engenharia e Mecânica. Estes serviços, que outrora foram prestados com eficiência e dedicação pelos técnicos desse departamento, hoje se encontram totalmente sacrificados e, em que pesem as promessas do Sr. Governador aos agricultores de São Paulo, de intensificar o setor da mecanização agrícola, o orçamento de 1958 vem contradizer flagrantemente S. Exa.

Sr. Presidente e Srs. deputados, este aspecto agrícola focalizado é dos mais importantes, pois que sabemos de sobejo que muitos dos produtos agrícolas são gravosos e que os agricultores anualmente vêm prestando a soma de seus esforços nas suas safras de rendimento unitário bastante baixo. Esperou-se, Sr. Presidente, que a mecanização agrícola viesse em socorro do agricultor no sentido de baratear o custo de produção e possibilitar uma maior margem de lucros ao agricultor, ao produtor. Desvanecem-se todas as esperanças da agricultura de São Paulo diante da peça orçamentária de 1958.

Na mesma consonância, Sr. Presidente, foram apresentadas emendas pelos senhores deputados da oposição, emendas que bem refletem as reivindicações mais legítimas do interior do Estado e que, se há dois dias atrás ainda palavravam esperanças de acolhimento por esta Casa, das referidas emendas, neste instante já sabemos de entranha que todas elas estão fadadas a serem rejeitadas pela maioria situacionista desta Casa.

V. Exa., Sr. Presidente, e os Srs. deputados devem saber da importância da emenda apresentada pela representação popular, pois ela reflete o que de mais legítimo existe. Tanto isso é verdade que, em alguns países, a orçaria peça orçamentária é elaborada pelas assembleias e pelas câmaras, como se acontece na Inglaterra, onde ela tem origem e se fortalece na Câmara dos Comuns.

Para que as emendas apresentadas pelos parlamentares tenham um sentido nítido de reclamo do interior, invoco aqui as emendas apresentadas pelo orador que ocupa a tribuna, no tocante à cidade de Itapetininga. Se assim as invoco é por contar nesta Assembleia com outros representantes da mesma cidade, inclusive o nobre deputado Araripe Serpa, líder da maioria situacionista nesta Casa. S. Exa., conhecedor que é daquela cidade, que constitui, sem favor algum, a capital da zona sul paulista, deve saber perfeitamente que ali se encontra em construção uma maternidade, anexa à Santa Casa de Misericórdia, numa zona de pauperismo gritante, sem contar com uma unidade hospitalar que possibilite às parturientes um acolhimento para a sua "delivrance".

Esta maternidade torna-se um imperativo. No entanto, já sabemos que a cidade de Itapetininga não poderá contar com essa emenda para a conclusão de sua maternidade.

Ali também, terá lugar uma grande praça de esportes dos ferroviários da Estrada de Ferro Sorocabana, cujas obras se encontram em meio, necessitando de serem concluídas. A emenda apresentada, na importância de 10 milhões de cruzeiros, para a conclusão das obras do estádio do Clube Atlético Sorocabano, de Itapetininga, é um imperativo para que todo o esporte da zona sul tenha um local adequado, a fim de desenvolver com maior intensidade.

Além disso, há outras emendas, que dizem respeito ao D.E.R. e aos estudantes, num grande centro cultural e estudantil como é a cidade de Itapetininga.

Na mesma consonância, os demais Srs. deputados trouxeram aqui, através de emendas, as reivindicações mais sentidas e mais legítimas dos seus municípios do interior. A rejeição dessas emendas representa, sem dúvida alguma, um grande prejuízo para o interior de São Paulo, sempre esquecido, sempre abandonado.

Essas as considerações que deveríamos fazer na oportunidade em que se encaminha a votação para aprovação da peça orçamentária do Executivo de São Paulo.

O SR. UBIRAJARA KEUTENEDJIAN (Sem revisão do orador) (Para encaminhar a votação) — Sr. Presidente e Srs. deputados, a peça orçamentária de 1958 encerra aspectos que seriam preciosos vários dias para serem debatidos e esclarecidos nos seus pontos fundamentais.

Infelizmente, tivemos pouco tempo para isso, de maneira que vamos focalizar apenas aquilo que achamos imprescindível.

A receita do Estado vem crescendo desde 1952, numa percentagem de 27%, anualmente. Assim, em 1952, tivemos 9 bilhões e 800 milhões; em 1953, 11 bilhões e 900 milhões; em 1954, 16 bilhões e 190 milhões; em 1955, 20 bilhões e 200 milhões; em 1957, tivemos um acréscimo um pouco maior, ou seja, acima do previsto, que seria de 25 bilhões e 200 milhões, e uma receita de 28 bilhões.

Isso se deve, primeiro, ao aumento de 651 milhões do adicional de 3,75 por cento; à venda de bens do Estado de São Paulo — 381 milhões; à quota do Fundo Rodoviário Nacional — 470 milhões; ao acréscimo de juros recebidos e acréscimo de recebimentos de exercícios anteriores e de indenizações, perfazendo um total de 2 bilhões e 904 milhões. Dessa maneira, poderemos afirmar que foram essas arrecadações de contas anteriores que aumentaram substancialmente o orçamento. A taxa de crescimento do orçamento vem vindo numa média de 27%. Se calcularmos a previsão orçamentária, deste ano, verificaremos que a taxa de previsão foi reduzida de 27 para 15 por cento. Isto possibilitará, naturalmente um "superavit", bastante grande. Com a emenda do Art. 6.º, que possibilita a suplementação automática, terá o Executivo perto de 3 bilhões de cruzeiros à sua disposição para as diferentes rubricas do orçamento. Se somarmos a isso mais um bilhão de cruzeiros do adicional que deveria ser usado para pagamento da dívida flutuante, teremos quase 5 bilhões de cruzeiros a mais, sem contar que cada cruzeiro gasto do Estado retorna sempre 10 por cento do cruzeiro, devido a própria rotatividade do imposto na circulação. Assim, encontraremos previsão bastante conservadora do orçamento e podemos afirmar que será arrecadado muito mais.

Outro aspecto interessante é parte da despesa do pessoal. Em 1954 a percentagem era de 41,2%; em 56, de

46,3%; em 56, de 41,3%; em 57, de 48,7% e para 1958 a despesa prevista com o pessoal será de 47%. Por aí poderemos verificar que de 41,3%, de 1954, a despesa subiu para 47%, em 1958.

Observando os serviços gerais do Estado, verificaremos que a parte em que o Estado deveria ser mais ativo, que é o incentivo às atividades relacionadas com a iniciativa particular, que é a parte do fomento a outros serviços, no sentido da aceleração do desenvolvimento econômico, como sejam educação e saúde, fomento aos serviços de utilidade pública, é inferior à de 1954.

Outro aspecto do orçamento também interessante de se notar é a pressão tributária que vem aumentando cada vez mais. A arrecadação de 1954 de impostos, que era de 12 bilhões, passou para 30 bilhões. As taxas de 460 passaram para 713.

Em 55, os cálculos eram nada menos de 1,5 do que as empresas produziam. Estamos vendo, pois, que o orçamento do Estado, que tem uma grande soma à sua disposição, imprimiu uma característica de maior volume que os outros, mas não entrou naquela linha de obtenção o aumento da arrecadação, com a criação de novas riquezas.

O orçamento moderno é aquele que imprime às atividades financeiras do Estado o investimento do dinheiro em atividades que, sem aumento de tributos, consegue aumento da arrecadação. A preocupação primeira continuava a ser, em 1957, o equilíbrio orçamentário, eliminando a dívida flutuante para a dívida fundada e, assim, restringindo grande parte das despesas reprodutivas.

Não encontramos no orçamento de 1958 investimento bastante grande relacionado com as atividades que poderiam dar maior arrecadação ao Estado. Destarte, Sr. Presidente e Srs. deputados, depois de passados já três anos de atividade deste governo, não encontramos ainda uma linha de incentivo e de investimento capaz de propiciar maiores riquezas ao alcance da população, pelo aumento da produtividade e pela valorização do trabalho.

Caracteriza-se o orçamento por uma peça que vem acompanhando o ritmo normal da atividade pública dos outros orçamentos, variando um pouco na tonalidade mas não modificando a sua linha econômica, o que me faz afirmar aqui, que, infelizmente, ainda temos que esperar talvez mais outra legislatura para conseguirmos a modificação dos processos clássicos para processos mais atuais, mais realistas e consentâneos com esse potencial humano e da natureza que estão espalhados no Estado de São Paulo, todos a serem liberados, libertados e aumentados com uma política sã da atividade estatal.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o projeto. Os Srs. deputados que o aprovam queiram manter-se sentados. (Pausa). Está aprovado.

Vamos passar à votação das emendas.

Há, sobre a mesa, vários pedidos de destaque, na ordem de registro de entrada, que serão submetidos à consideração do Plenário: Requerimento n.º 2, uma vez que o de n.º 1 foi retirado pelo seu autor; o nobre deputado Pinheiro Júnior. O requerimento n.º 2 é o seguinte:

(Lê): "Requerimento

Requeremos destaque para as seguintes emendas ao Projeto de lei n.º 1543, de 1957:

Sugestão de emenda do deputado Araripe Serpa, dispondo sobre o remanejamento de diversas dotações entre vários órgãos da administração, conforme consta do parecer geral;

Emendas ns.	723	724	523	15	16	17	18
27	342	339	344	316	747	740	749
746	745	539	529	531	532	533	676
679	680	685	686	687	689	690	688
764	1	3	4	785	182	592	595
607	sub-emenda do deputado Abreu Sodré à emenda 457,						
457	sub-emenda do deputado Antônio Mastrocola à emenda						
457	sub-emenda do deputado Padre Calasans à emenda						
457	sub-emenda do deputado Camilo Ashcar à emenda						
457	sub-emenda do deputado Gomes dos Reis à emenda						
457	sub-emenda do deputado Paes de Barros Neto à						
emenda 457,	sub-emenda do deputado Homero Silva à						
emenda 457,	sub-emenda do deputado Antônio Mastrocola						
à emenda 459	34 — 52 — 55 — 56 — 57 — 58 — 60 —						
61 — 117 — 118 — 119 — 194 — 196 — 198 — 195 — 387							
381 — 395 — 396 — 400 — 424 — 765 — 517 — 170 — 403							
704 — 706 — 707 — 393 — 402 — 399 — 397 — 398 — 710							
390 — 63 — 64 — 65 — 67 — 69 — 70 — 74 — 75 — 78							
78 — 79 — 80 — 81 — 856 — 563 — 562 — 480 — 481 —							
1005 — 427 — 126 — 127 — 130 — 131 — 426 — 521 —							
351 — 352 — 353 — 354 — 357 — 358 — 38 — 39 — 359							
360 — 366 — 361 — 230 — 231 — 232 — 233 — 84 — 185							
183 — 642 — 549 — 452 — 451 — 439 — 440 — 443 — 437							
434 — 433 — 436 — 444 — 454 — 453 — 438 — 768 — 447							
135 — 110 — 141 — 143 — 144 — 147 — 151 — 156 — 169							
154 — 134, sub-emenda do deputado Araripe Serpa à							
emenda 457	464 — 475 — 466 — 467 — 474 — 848 —						
476 — 849 — 847 — 781 — 471 — 468 — 472 — 473 — 465							
851 — 738 — 103 — 108 — 102 — 753 — 754 — 756 — 757							
758 — 759 — 175 — 177 — 178 — 179 — 180 — 181 — 165							
406 — 172 — 104 — 109 — 176 — 462 — 7 — 6 — 786							
571 — 572 — 573 — 574 — 575 — 577 — 578 — 579 — 580							
581 — 583 — 584 — 586 — 587 — 588 — 589 — 762 — 763							
780 — 781 — 782 — 783 — 787 — 46 — 48 — 49 — 50							
488 — 491 — 490 — 498 — 502 — 489, as três sub-emen-							
das do deputado Leonidas Camarupha à emenda 457 —							
504 — 513 — 494 — 486 — 492 — 493 — 495 — 496 — 499							
500 — 501 — 801 — 804 — 813 — 814 — 815 — 816 — 817							
820 — 803 — 808 — 807 — 808 — 802 — 819 — 825 — 806							
800 — 797 — 798 — 799 — 809 — 810 — 812 — 824 — 818							
811 — 822 — 431 — 879 — 983 — 985 — 939 — 941 — 951							
945 — 955 — 950 — 944 — 970 — 876 — 987 — 966 — 946 — 948							
937 — 936 — 933 — 935 — 949 — 896 — 912 — 973 — 952							
938 — 826 — 827 — 829 — 831 — 833 — 834 — 837, sub-							
emenda à emenda 838 — 839 — 840 — 841 — 842 — 902							
746 e 41.							

Sala das Sessões, 8 de novembro de 1957.

(a) Araripe Serpa.

O SR. HILÁRIO TORLONI — (Para reclamação) — Sr. Presidente, V. Exa. anunciou requerimento de destaque de tais emendas?

O SR. PRESIDENTE — Exatamente.

O Sr. Hilário Torloni — (Para reclamação) — São emendas de parecer favorável ou contrário, Sr. Presidente? O parecer é importante para orientar a votação do Plenário. Pediria a V. Exa. informar-me, se possível, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — O nobre deputado Araripe Serpa pede também a palavra para reclamação. A Mesa dá a palavra a S. Exa.

O SR. ARARIPE SERPA — (Para reclamação) — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, nesta Assembleia já há precedente de votação semelhante a esta que ora se propõe.

O projeto que dispõe sobre aumento do imposto do selo, por exemplo, revêla prática semelhante a esta. Em verdade, naquela proposição houve um requerimento de minha autoria, solicitando destaque de numerosas emendas de ambos os grupos, isto é, emendas de parecer favorável e emendas de parecer contrário.